



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO PREDIAL**. Os serviços destinam-se a atender às necessidades de reforma, ampliação e conservação dos prédios da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí/SC.

1.1. Especificações e quantidades

LOTE 1				
ITEM	Material/Serviço	% Desconto	Valor Unitário	Valor Total
1	Execução de Serviços Técnicos de Reforma e Ampliação Predial.	5%	R\$30.000.000,00	R\$30.000.000,00

1.2. Da natureza do objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 713/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. Esse documento visa proporcionar diretrizes na habilitação de empresa para a execução de **Serviços Técnicos de Reforma e Ampliação Predial**, no que compete à conservação e à reforma das edificações, incluindo, entre outras, serviços de alvenaria, revestimentos, esquadrias, estruturas, instalações prediais e geral, pintura, correção de patologias construtivas, pequenas ampliações e demais atividades compatíveis com o conceito de serviços comuns de engenharia segundo a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e constantes na tabela oficial SINAPI/SC. Contemplando mão de obra especializada, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução do objeto. Este processo de contratação através de Registro de Preço, não apresenta o projeto básico de engenharia, em razão da imprevisibilidade e imprecisão dos serviços a serem executados, estes serão executados por demanda a ser solicitada pelo contratante de acordo com a dinâmica da necessidade específica para cada unidade de saúde, e até mesmo para possíveis casos emergenciais. Consequentemente os projetos, memoriais, orçamentos específicos e demais documentos técnicos de engenharia, serão elaborados anteriormente e de **forma específica para cada demanda de solicitação dos Serviços Técnicos de Reforma e Ampliação**. Cabe ressaltar que as especificações técnicas, seguem conforme os itens e materiais descritos na composição de custo unitário sintético e analítico da planilha de referência SINAPI.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação é de fundamental importância para a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí/SC, visando à melhoria da segurança e padronização estrutural e significativa em todos os postos públicos de saúde. A ausência de pessoal especializado no quadro de funcionários eleva



os riscos de deterioração das estruturas e compromete a qualidade dos serviços prestados. Os serviços destinam-se a atender às necessidades de reforma, ampliação e conservação dos prédios da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí/SC. O Sistema de Registro de Preços é a solução mais vantajosa economicamente, pois permite a contratação ágil e sob demanda dos serviços, com preços referenciados em tabela oficial (**SINAPI/SC, sem desoneração - mês ref. 12/2025 - data de emissão 09/01/2026**), garantindo a economicidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) SOBRE A TABELA SINAPI, DE FORMA PARCELADA.**

Observação: Em anexo encontra-se a planilha orçamentária contendo a especificação e discriminação dos serviços que serão executados. (SINAPI/SC, sem desoneração - mês ref. 12/2025).

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☐ Sim

☒ Não

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

4.3. Será exigida prova de conceito?

☐ Sim

☒ Não

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

☒ Não

4.5. Será exigida garantia de proposta?

☐ Sim

☒ Não



5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar possuir os requisitos indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, apresentando a documentação relativa à sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, conforme especificado a seguir.

5.1. Habilitação Jurídica

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Prova de regularidade para com as Fazendas Públicas (Federal, Estadual e Municipal).
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- Prova de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

5.3. Qualificação Econômico-Financeira

- Apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.
- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.
- Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.4. Qualificação Técnica

5.4.1. Capacidade técnico-operacional da empresa

A capacidade técnico-operacional da licitante deverá ser comprovada mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de **serviços de engenharia de natureza semelhante** aos previstos neste Termo de Referência, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

5.4.2. Responsável técnico e ART

a) A licitante deverá comprovar que possui **profissional de nível superior habilitado**



(engenheiro/arquiteto), devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional (CREA/CAU), com **vínculo com a empresa** (contrato social, vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços);

b) Deverá ser apresentada a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (ou RRT)**, ref. ao responsável técnico pela empresa, relativa aos serviços executados, a mesma deverá estar associada ao seu respectivo Atestado de Capacidade Técnica-Profissional e Técnico-Operacional emitido por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrado na Entidade Profissional Competente, o qual comprove execução de serviços compatíveis ou características semelhantes, em quantidades e prazos com o objeto da licitação, devidamente cadastrado na Entidade Profissional Competente observado o que dispõe na Resolução do CONFEA nº 1.025/09, Resolução do CAU nº 91/14 e Resolução do CFT nº 55/19. Deverá ser apresentada **Certidão de Acervo Técnico - (CAT)** juntamente com o **Atestado de Capacidade Técnica**.

O Atestado de Capacidade Técnica e a Declaração de Acervo Técnico, deverão conter as seguintes quantidades mínimas, as quais poderão ser apresentadas em um ou mais contratos, desde que o somatório das quantidades resulte na mínima exigida para cada item a seguir relacionado:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
1	Execução/reparo ou manutenção de Instalação Elétrica de Baixa Tensão.	10.000	m ²
2	Execução/reparo ou manutenção de Instalações Hidrossanitárias ou Rede Hidrossanitária.	10.000	m ²
3	Execução/reparo ou manutenção de Sistema Preventivo de Incêndio.	10.000	m ²
4	Execução/reforma ou manutenção de Edificação de Alvenaria ou Mista, para fins residenciais ou comerciais/industriais/diversas/públicas ou de reunião de público.	10.000	m ²

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

6.1.1. O prazo para **início da execução** dos serviços será de, no máximo, **07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATADA.



6.1.2. Para cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** contados do recebimento da OS, **cronograma físico de execução** dos serviços, com indicação das etapas, prazos parciais e prazo total de conclusão.

6.1.3. O cronograma físico será analisado e **aprovado pelos fiscais**, podendo ser ajustado de comum acordo, desde que **respeitados os prazos máximos fixados pela Administração** para cada intervenção, os quais constarão da própria Ordem de Serviço.

6.1.4. Uma vez aprovado, o **cronograma físico passará a integrar a OS e o contrato**, sendo de cumprimento obrigatório pela CONTRATADA, não podendo ser alterado unilateralmente, ressalvadas hipóteses justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

6.1.5. O **descumprimento injustificado** dos prazos estabelecidos no cronograma aprovado sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, sem prejuízo da responsabilização por eventuais prejuízos causados à Administração.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Em todos os edifícios públicos da Secretaria de Saúde de Itajaí - Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Especialidades, e de acordo com a demanda a ser solicitada.

UNIDADE	ENDEREÇO
CIS - CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE	AV. GOV. ADOLFO KONDER, 250 – SÃO VICENTE
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO CORDEIROS	R. ENEDINA D'ÁVILA FERREIRA, 369 - CORDEIROS
UBS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - UNIVALI	RUA: URUGUAI - 458 UNIVALI AMBULATÓRIO BLOCO F7
UBS CENTRO VILA	RUA ALBERTO WERNER Nº 333 VILA OPERÁRIA
UBS FAZENDA - NANCY PATINO REISER	RUA MILTON RIBEIRO DA LUZ Nº 200 FAZENDA
UBS FAZENDA CABEÇUDAS	JOSÉ CORREIA Nº 163



UBS PRAIA BRAVA - VIVALDO JOÃO LINHARES	RUA BRÁULIO WERNER, Nº 124 - PRAIA BRAVA
UBS BAMBUZAL - ROTARIANO AGENOR KROBEL	RUA ANTONIO CIRILO DUTRANº 87 SÃO VICENTE
UBS IMARUÍ - OSWINE LORENS	RUA: LEODEGARIO PEDRO DA SILVA N 246 IMARUI
UBS SÃO JOÃO - DIVA VIEIRA ABRANTES	RUA PEDRO RANGEL Nº 130 AO LADO DA IGREJA - SÃO JOÃO
UBS SÃO JOÃO II	RUA JUCA CESÁRIO - Nº 89
UBS SÃO JUDAS II	RUA PEDRO JOAQUIM VIEIRA S/N - SÃO JUDAS
UBS CIDADE NOVA I - VINICIUS IVAN ALVES PEREIRA	RUA: ARGILIO CUNHA S/N PROMORAR
UBS CIDADE NOVA II - JOAO VITORINO	RUA: ARGILIO CUNHA S/N - CIDADE NOVA
UBS PROMORAR II - EVILASIO VICTORINO	AV. MINISTRO LUIZ GALLOTI S/N - PROMORAR II
UBS RIO BONITO - BERNARDINO MIGUEL PEIRÃO	RUA: TIMBÓ Nº 105 RIO BONITO
UBS SÃO VICENTE	RUA: PADRE PAULO CONDLAN 392 - SÃO VICENTE
UBS BRILHANTE - LEOPOLDO FISCHER	RUA: JOSE LANA N 70 – BRILHANTE
UBS CANHANDUBA - MANOEL AMÂNDIO VICENTE	RUA: AFONSO DALMOLIN S/N CANHANDUBA
UBS ITAIPAVA - FERNANDO WILPPEL	ESTRADA GERAL DA ITAIPAVA S/N - ITAIPAVA
UBS LIMOEIRO - IGNÁCIO THEODORO PEREIRA	RUA: EDMUNDO LEOPOLDO MERÍSIO (AO LADO DO N.D.I ANTONIO) LIMOEIRO
UBS PARQUE DO AGRICULTOR	ANEXO AO PARQUE DO AGRICULTOR
UBS SÃO PEDRO	RUA FRASCISCO BOAVENTURA DA SILVA - Nº 54 - ITAIPAVA



UBS CORDEIROS - MARIO SEDREZ	RUA: JOSE LUCIANO PEREIRAS/N (PROXIMO A IGREJA SÃO CRISTOVÃO) CORDEIROS
UBS COSTA CAVALCANTE ANTONIO SANTANA	RUA: ESPÍRITO SANTO S/N COSTA CAVALCANTE
UBS JARDIM ESPERANÇA	RUA: SEBASTIÃO ROMEU SOARES S/N JARDIM ESPERANÇA
UBS MURTA - BENTO RAMPELOTTI	RUA: ORLANDINA AMÁLIA PIRES CORREA LOT. N 300 JARDIM ITÁLIA MURTA
UNIDADE DE SAÚDE - VOTORANTIM	RUA: CELSO DUARTE MOREIRA - VOTORANTIM
UBS ESPINHEIROS - RACHEL DALÇOQUIO DE BORBA	RUA: FERMINO VIEIRA CORDEIRO N 1778 ESPINHEIROS
UBS PORTAL II - ELIZABET CAETANO PACHECO	RUA: NONO RMÍLIO DALÇÓQUIO N 760 LOT. PORTAL II - ESPINHEIRO
UBS SALSEIROS	RUA: CÉZAR AUGUSTO DALÇÓQUIO S/N SALSEIROS
UBS SANTA REGINA - NEREU AMANDIO VICENTE	RUA: DOMINGOS DE ALMEIDAS/N BAIRRO SANTA REGINA
UBS SÃO FRANCISO	RUA JOÃO ANTONIO MARTINS SN LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS -SANTA REGINA
UBS SÃO ROQUE	RUA DOMINGOS RAMPELOTTI Nº 1299 - SÃO ROQUE
UBS SÃO VICENTE II	AVENIDA NILO BITENCOURT, Nº 1.450, SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA AFFONSO CELSO LIBERATO - SÃO JUDAS	RUA: CAROLINA VAILATT S/N - SÃO JUDAS
CONSULTÓRIO DE RUA	ITAJAÍ/SC
CTEA	RUA ANTÔNIO CIRÍLIO CUNHA DUTRA Nº87 - SÃO VICENTE
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPSI	RUA: ALFREDO TROMPOWISKY 405 VILA OPERARIA



CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ADULTO - CAPS II	RUA: ALFREDO TROMPOWISKY 485 VILA OPERARIA
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - CAPS AD	RUA: SILVA, 628 - CENTRO
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS - CAPS AD III	RUA RAUL BAYER LAUS, Nº 229, BAIRRO SÃO VICENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DA MULHER - CRECEM	AV. MARCOS KONDER N 740 CENTRO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE DOENÇAS INFECCIOSAS - CEREDI	RUA: SAMUEL HEUSI N 120 CENTRO
CENTRO DE PRATICASINTEGRADO E COMP. DA SAÚDE - CEPICS	AV. MARCOS KONDER N 740 CENTRO
CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA - CEO	RUA: URUGUAI - 458 UNIVALI AMBULATÓRIO BLOCO F7
SAMU	BAIRRO CORDEIROS
MONITORAMENTO	R: AV. MIN. VICTOR KONDER, 303
VIGILANCIA SANITARIA	R: ALBERTO WERNER 254 VILA OPERARIA
FARMÁCIA MUNICIPAL	RUA MANOEL VIEIRA GARÇÃO, 54, CENTRO
COMUSA, TRANSPORTE, GTI E DVE	RUA: LEODEGÁRIO PEDRO DA SILVA, 300

6.3. Bens perecíveis

(x) Não

() Sim

Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (...) (dias, meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº



14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

(x) Não

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(x) Garantia e/ou assistência técnica conforme o Art. 618 do Código Civil.

Especificar condições:

6.5.1. A CONTRATADA deverá oferecer **garantia integral** sobre todos os serviços executados e sobre os materiais aplicados, pelo prazo mínimo de **60 (sessenta) meses**, contados do recebimento definitivo do objeto de cada Ordem de Serviço, em conformidade com o disposto no **Art. 618 do Código Civil**, no que se refere à solidez e segurança das obras e serviços de engenharia.

6.5.2. A garantia deverá abranger, no mínimo, quaisquer **vícios, defeitos, falhas de funcionamento, má execução dos serviços ou desconformidade com os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis**, especialmente aquelas expedidas pela **ABNT** e demais normas técnicas e sanitárias pertinentes.

6.5.3. Acionada a garantia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

a) realizar, às suas expensas, todos os reparos, correções, substituições ou complementações necessárias à eliminação do vício ou defeito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação formal, salvo prazo diverso justificado e previamente autorizado pela Fiscalização;

b) apresentar laudo ou relatório técnico circunstanciado das intervenções realizadas, indicando a causa provável do problema, as medidas adotadas para sua correção e a comprovação da plena solução da não conformidade.

6.5.4. A recusa injustificada ou o atraso na execução dos reparos em garantia sujeitará a CONTRATADA às **sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato**, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

6.5.5. A garantia contratual aqui prevista não exclui nem restringe outras responsabilidades legais da CONTRATADA, inclusive aquelas decorrentes de normas civis e de proteção ao consumidor, quando aplicáveis.



6.6 SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - ME/EPP

- () Não
(x) Sim

6.6.1. Em atendimento à Lei Municipal nº 7.785/2025

Art. 14. Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a opção de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II - Que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando - se o prazo para regularização previsto no artigo 20;

IV - Que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

V - Não sendo possível a substituição prevista no inciso IV, a empresa contratada fica responsável pela continuidade total do contrato inicial.

[...]

§ 3º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste artigo somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Art. 17. São vedadas:

I - A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;



II - A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III - A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

6.6.2. Em atendimento à Lei Municipal nº 7.785/2025, haverá tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) por meio de subcontratação:

I - ficará limitada em até 30% (trinta por cento) do valor total contratado;

II - recairá exclusivamente sobre parcelas que não possuam maior relevância técnica e financeira;

III - não poderá incidir sobre as parcelas de maior relevância técnica, que serão expressamente identificadas e definidas no edital, em conformidade com a legislação aplicável.

OBS: Será permitido a subcontratação de serviços relacionados a seguir: **instalações de esquadrias, bancadas/soleiras, instalações hidráulicas a exemplo de bombas de recalque e quadros de comando, rufos e calhas, estruturas metálicas, instalações de rede lógica e preparação em alvenaria para posterior instalação de ar condicionado do tipo Split System.** Contudo, os itens aqui relacionados, não se enquadram como de máxima relevância técnica ou financeira, haja visto, os de máxima relevância técnica ou financeira estariam relacionados a categoria das estruturas de concreto armado, alvenaria de fechamento de paredes, coberturas e telhados, pavimentações e revestimentos cerâmicos em geral.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Executar os serviços de manutenção, reforma e/ou ampliação em estrita conformidade com as especificações técnicas, projetos aprovados, normas da ABNT e demais regulamentos aplicáveis.
- b) Fornecer toda a mão de obra especializada, materiais de qualidade, ferramentas, equipamentos, insumos e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) necessários à completa e segura execução do serviço.
- c) A Contratada, deverá ter condições plenas para **atender minimamente e de forma simultânea, 05 (cinco) frentes de serviço de forma efetiva e eficiente.** Sendo necessário a execução simultânea de no mínimo: **01 (um) Serviço de Grande Porte, concomitante a outros 02 (dois) Serviços de Médio Porte e mais 02 (dois) Serviços de Pequeno Porte.**



Considera-se:

- Serviço de Grande Porte: (Reformas em áreas superiores a 600 m²);
- Serviço de Médio Porte: (Reformas em áreas entre 100 m² à 600 m²);
- Serviço de Pequeno Porte: (Reformas em áreas inferiores à 100 m²).

d) Assumir integralmente a responsabilidade por todas as despesas e obrigações de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial decorrentes da execução do contrato.

e) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros, por imperícia, negligência ou imprudência de seus funcionários.

f) Manter **PREPOSTO** formalmente designado para a comunicação com a Administração, pronto para atender aos chamados e solicitações.

g) Atender aos pedidos de serviço emitidos por meio de Ordem de Serviço, respeitando os prazos acordados.

h) Manter a regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação técnica durante toda a vigência do contrato.

i) Realizar o gerenciamento e a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental.

j) Corrigir, reparar ou substituir, a suas expensas e sem ônus para a Administração, qualquer serviço ou material que apresente defeito ou não conformidade dentro do período de garantia

l) Emitir a **ART/RRT (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica)**, anotando as atividades de **EXECUÇÃO OU REFORMA/REPARO/MANUTENÇÃO**, ref. aos serviços a serem executados.

m) Emitir **Relatório Técnico Pormenorizado** ref. a todos os serviços executados contendo minimamente planilha orçamentária com itens executados, cronograma de execução e registro fotográfico comprovando o físico executado, para fins de pactuação financeira contratual.

n) Conforme Art. 140 da Lei nº 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante



termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- b) Promover a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, documentando as ocorrências e solicitando as medidas corretivas.
- c) Notificar a Contratada por escrito sobre qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou material entregue em desacordo com as especificações do contrato.
- e) Disponibilizar o acesso da equipe da Contratada aos locais de execução do serviço, de forma segura e, se necessário, isolando a área.
- f) Fornecer à Contratada as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados, de forma a não prejudicar a execução do serviço.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 meses, contados da data de assinatura da mesma, podendo ser prorrogada conforme previsões da Lei Nº 14.133/2021.

8.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Mylene Martins Lavado

Cargo: Secretária de Saúde



Matrícula: 1396706

E-mail: gabinete.sms@itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: Marcos Paulo Gama

Cargo: Gerente de Manutenção

Matrícula: 2.771.601

E-mail: manutencao.sms@itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: Rafael Hillesheim de Souza

Cargo: Gerente Administrativo

Matrícula: 2.701.102

E-mail: gerentecis@itajai.sc.gov.br

Fiscal Administrativo:

Nome: Murilo Fernandes Linhares

Cargo: Diretor Administrativo

Matrícula: 2.693.901

E-mail: administrativo.sms@itajai.sc.gov.br

Fiscal Técnico:

Nome: Rodrigo Santos de Freitas

Cargo: Engenheiro Civil

Matrícula: 1.823.001



E-mail: rodrigo.freitas@itajai.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite pelas autoridades fiscalizadoras competentes e responsáveis, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. A efetivação dos pagamentos, referentes a cada medição, fica condicionada à comprovação pela contratada, por meio de apresentação de **Relatório Técnico pormenorizado** contendo minimamente planilha orçamentária com itens executados, cronograma de execução e registro fotográfico comprovando o físico executado associado a ART/RRT, bem como, certidões negativas de débito, de que se encontra em situação regular com o fundo de garantia, previdência social e fazenda municipal, nos termos da legislação vigente. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo simples nacional, nos termos da lei complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar. Todos os índices de correção e atualização monetária são feitos conforme havendo a publicação de tabela de preços atualizados mensalmente a prestação dos serviços. Não necessidade de cláusulas que especifiquem as condições de reajuste e reequilíbrio, visto que conforme a publicação dos custos atualizados todas as variações mercadológicas já são tratadas estatisticamente pela tabela oficial, sendo essa variação positiva ou negativa conforme vem acontecendo no decorrer dos anos da respectiva publicação. Da forma de cálculo utilizando a tabela oficial. Sobre os valores dos custos da tabela oficial (**SINAPI/SC, sem desoneração - mês ref. 12/2025, data de emissão 09/01/2026, em anexo a este TR**), será aplicado o valor do desconto que a empresa ofertar durante o processo licitatório. Sobre os valores com a aplicação do desconto então será feita a multiplicação pelo valor do BDI que a empresa apresentou durante o processo licitatório. Segue abaixo exemplo de como proceder com números e formulas aplicáveis (**metodologia de precificação**): Utilizaremos como exemplo os dados que usamos para elaborar este processo licitatório, conforme segue abaixo:

- Custo composição SINAPI/SC 104658, sem desoneração, mês ref. 12/2025 = R\$ 150,24;
- BDI licitação = 23,05%;
- Possível desconto teórico após licitação = 10%;



- Preço da Composição 104658 = $(\text{Custo composição} \times (1 - (\text{Desconto Licitação} (\%)/100))) \times (1 + (\text{BDI} (\%)/100))$;
- Preço da Composição 104658 = $(150,24 \times (1 - (10/100))) \times (1 + (23,05/100))$;
- Preço final da Composição SINAPI/SC 104658, sem desoneração, mês ref. 12/2025 = **R\$ 166,38.**

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação: 425

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Itajaí/SC, 10 de fevereiro de 2026.

Mylene Martins Lavado

Secretária Municipal de Saúde

Murilo Fernandes Linhares

Diretor Administrativo

Rodrigo Santos de Freitas

Engenheiro Civil

Marcos Paulo Gama

Gerente de Manutenção

Rafael Hillesheim de Souza

Gerente de Manutenção